NEWSLETTER 17/05/2018 */ EDIÇÃO 6081*

View this email in your browser

Setor da construção debate questões da reforma trabalhista durante o 90º Enic

Érico Furtado Filho, Felipe Boaventura, Fernando Guedes Ferreira Filho, Dr. Leone Pereira e José Carlos Gama. Florianópolis, 17-05-18. Foto: Adriano Derbotoli/CBIC.

As atualizações trabalhistas, com foco nos primeiros meses de vigência da nova lei trabalhista e o papel das negociações coletivas nas relações de trabalho, foram destaque do segundo painel da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em conjunto com o Conselho Jurídico (Conjur) da entidade, com a correalização do Sesi Nacional, nesta quinta-feira (17/05), durante o 90º Encontro Nacional da Indústria

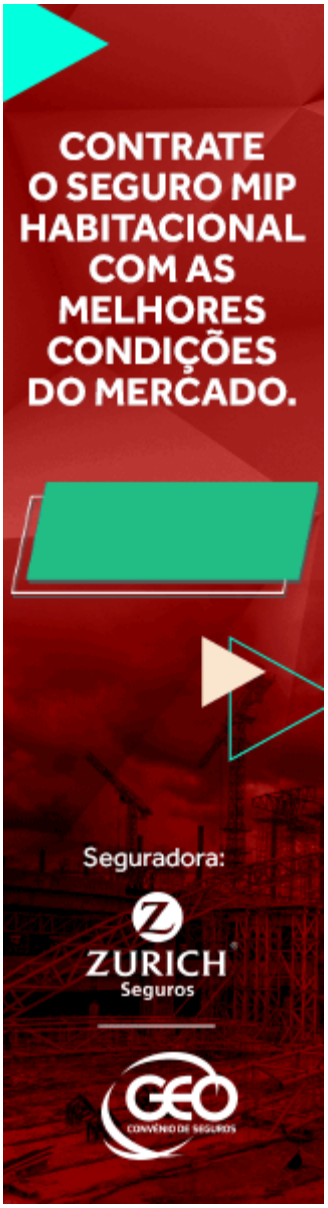
da Construção (Enic), em Florianópolis/SC. De grande relevância e impacto para o setor da construção, o advogado, consultor e especialista trabalhista, Leone Pereira, destacou que um dos resultados já observados após a reforma das leis do trabalho foi a queda no ajuizamento de Ações Trabalhistas.

Entre os últimos meses de janeiro e março, por exemplo, houve uma queda de 44,79% na quantidade de novos processos trabalhistas. Pereira citou levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que aponta para o ajuizamento de 355.178 ações no primeiro trimestre deste ano, contra 643.404 ações em igual período do ano passado. Também houve queda no número de pedidos, que passaram de 3,9 milhões no primeiro trimestre de 2017 para 1,6 milhão nos três primeiros meses do ano. Ainda de acordo com o TST, os assuntos mais recorrentes nas Varas do Trabalho nos dois primeiros meses deste ano foram: aviso prévio (57.697 processos), multa de 40% do FGTS (47.080) e multa do artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo atraso no pagamento de verbas rescisórias (46.010).

Leone Pereira também abordou a questão dos acordos coletivos e convenções coletivas, indicando o levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que demonstra que nos dois primeiros meses deste ano foram fechados 1.841 acordos coletivos e convenções coletivas, queda de 46,9% na comparação com igual período anterior, quando foram registradas 3.468 negociações.

O advogado do Sinduscon-MG, Felipe Boaventura, destacou que a reforma trabalhista traz um novo paradigma, como parte efetivamente capaz para definir as relações do trabalho. Avaliando as vantagens e benefícios da modernização da lei trabalhista e o que o setor pode estar atento para tirar o melhor da norma, o vice-presidente do Sinduscon-PE, Érico Furtado, afirmou que "é preciso ter a responsabilidade de saber usá-la, como na questão da insalubridade. "Não podemos ser extorquidos, como éramos antes da reforma, mas não dá para tirar proveito dos trabalhadores".

Ao destacar as vantagens da reforma, Leone Pereira sugeriu a utilização das ferramentas utilizadas pela própria lei trabalhista, como a questão da prevalência do negociado sobre o legislado.



O presidente da CPRT/CBIC, Fernando Guedes, também incentivou a utilização da negociação coletiva e o fortalecimento da aplicação das regras processuais trabalhistas, enfatizando que a reforma trabalhista traz segurança jurídica.

Share Tweet Forward

Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas de Água serão lançadas até outubro

(esq. para direita) RICARDO CANSIAN, LILIAN SARROUT,NILSON SARTI,Virgínia Dias de Azevedo Sodré e ÁLVARO SOBRAL.FOTO: ELIS PEREIRA

Nos próximos 120 dias a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vai lançar as Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas de Água em Edificações. O trabalho, feito em parceria com a Câmara Brasiliera da Indústria da Construção (CBIC), Sinduscon-SP e com correalização do Senai, procura construir diretrizes de gestão hídrica para permitir a viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos. As normativas serão direcionadas para as construções que se denominarem sustentáveis. O anúncio foi feito durante painel realizado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC).

"Por que elaborar normas para água? Porque as leis estão sendo aprovadas com uma série de obrigações para o setor" ponderou Lilian Sarrouf, coordenadora técnica das Normas de Conservação e Uso de Fontes Alternativas em Edificios.

O sócio-proprietário da RAC Engenharia, Ricardo Cansian, compartilhou a experiência da empresa que capta toda a água de chuva no telhado e trabalha na potabilização para reuso em torneiras, lavatórios e chuveiros. A empresa também aproveita 100% da água de esgoto para reuso em vasos sanitários.

O presidente da CMA, Nilson Sarti, citou o exemplo da Coreia do Sul que começa a atuar junto as escolas na questão da educação para o reuso de água. Culturalmente, os sul-coreanos não se incomodam com a cor da água utilizada nos banheiros. Ainda Segundo Sarti, a Coreia tem sido um exemplo mundial na gestão da água, uma vez que está descentralizando as estações de tratamento nas cidades e criando grandes áreas verdes nas regiões de tratamento.

Durante o painel, Virgínia Sodré e Álvaro Teixeira, diretora técnica e coordenador de projetos, repectivamente, da Infinity Tech apresentaram um balanço das atividades da CBIC durante o 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília no ultimo mês de março. A CBIC coordenou duas sessões temáticas (Urbano e Desenvolvimento) no encontro que reuniu mais de 120 mil pessoas na capital.

Share Tweet Forward

Os futuros possíveis e o protagonismo da indústria na construção desse futuro foram destaque nesta tarde

(esq. para direita) O professor associado do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fábio Queda Bueno da Silva; Luis Gustavo Delmont (Senai Nacional) ; Hugo Sefrian Peinado; Jesus Perez; José Barros Neto; Serapiao Bispo Ferreira Neto - Foto: Rafaela Martins

A construção que teremos no futuro foi abordada na segunda oficina realizada pela Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) no 90° ENIC (Encontro Nacional da Indústria da Construção), realizado em Florianópolis (SC). O evento foi realizado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Senai Nacional.

O consultor do projeto Pensamento de Futuro (Foresight) da CBIC e professor associado do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Fábio Queda Bueno da Silva, iniciou o debate reforçando que, em 2030, o setor estará totalmente transformado. "As mudanças no cenário e a necessidade de considera-las já existem. As alternativas são mais desafiadoras, mas ainda temos tempo para nos preparar e trabalhar para induzir as mudanças que queremos", defendeu.

Dando exemplos que em alguns casos o que é visto como futuro já está entre nós, Fábio citou o caso de um projeto localizado em Dubai, nos Emirados Árabes, onde um escritório foi impresso com tecnologia 3D em 17 dias e acabado em 19 dias. Mas isso é apenas um passo em uma visão de futuro mais ampla que propõe. "Em 2030, 25% da cidade será construída com impressão 3D e montagens rápidas. Parece que o futuro da construção está distante, mas não está. Além disso, a sustentabilidade entra no processo por que não haverá outra forma de construir", alertou.
O consultor reforçou ainda que é necessário pensar nos futuros possíveis, considerando os cenários que envolvem o crescimento da concorrência, os colapsos fenomenais, as grandes transformações e as inovações possíveis com restrições. Assim podemos atuar para gerar a construção que queremos. Uma provocação realizada foi pensar além do que já se coloca até mesmo em iniciativas de indústria 4.0, simbolizada numa eventual construção 5.0. "Não faremos a mudança caminhando atrás de quem está à frente. Precisamos antecipar o futuro e caminhar junto com ele", defendeu.

Cultura e Educação
Para o presidente da Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Antac), José de Paula Barros Neto, o futuro passa pela inovação. "Precisamos mudar nossa cultura e nosso pensamento. É uma questão cultural. É preciso incentivar os estudantes das universidades para que eles inovem e empreendam, pois, em 2030, eles que estarão à frente. Vamos criar nossa cultura e enfrentar os desafios da inovação e criando parcerias para trilhar o ambiente da inovação", afirmou.
O especialista em desenvolvimento industrial do Senai, Luis Gustavo, reforça que o estudo lançado hoje traçará uma rota de possibilidades para o setor. "Será de altíssima qualidade e gerará baixo impacto ambiental além de ser sustentável", afirmou.

Share Tweet Forward

A CII traz ao público do 90º Enic as novas tendências imobiliárias e uma visão do futuro da habitação no Brasil

O presidente da CII/CBIC Celso Petrucci, Alexandre Lafer Frankel, Paulo Antunes e Ricardo Antunes. Foto: Rangel Amndio/CBIC

Com o auditório ainda lotado, a Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) abriu espaço, em sua programação no 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), para especialistas debaterem as tendências e os novos produtos na incorporação imobiliária. O segundo painel, na tarde desta quinta-feira (17), também abordou a visão de futuro para a habitação no Brasil.

O CEO da construtora Vitacon, Alexandre Lafer Frankel, falou sobre a necessidade de mudanças e os novos perfis de consumidores. As famílias reduziram de tamanho, aumentou o número de solteiros – estudo da empresa mostra que essa população pode ultrapassar os 50% nas grandes capitais – e as pessoas vivem mais. Para atender às novas demandas, no entanto, é necessário *funding*, dinheiro para construir. "Precisamos que os bancos entendam a demanda do mercado e tenham a capacidade de financiar para que cheguemos lá", disse Frankel, referindo-se ao futuro da habitação. A colaboração seria outra mola propulsora para o mercado da construção: "Os ambientes colaborativos estão fazendo espaços mais inteligentes, focados no usuário".

Frankel também afirmou que gostaria de ver uma fusão mais intensa entre o mercado financeiro e o setor imobiliário, "trabalhando juntos na obtenção de instrumentos mais eficientes, rápidos e efetivos para financiar o setor".

"O grande desafio é conseguir dinheiro para financiar todas as grandes ideias que estão surgindo. E o sistema financeiro também precisa ser repensado para visualizar e seguir essas novas trilhas", reforçou o vice-presidente interino de Habitação da Caixa Econômica Federal, Paulo Antunes, que trouxe ao público uma visão de futuro para o mercado imobiliário e para a habitação.

Na última década, a Caixa investiu R$ 900 bilhões na habitação e contratou 10,6 milhões de moradias – sendo 5 milhões apenas no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). No

entanto, o déficit habitacional não diminuiu, pelo contrário, até aumentou um pouco. A causa apontada por Antunes foi o ônus excessivo, ou seja, as famílias que pagam mais que 30% do seu salário com aluguel. "É difícil pensar em solução de moradia quando se tem 83% população ganhando menos de 3 salários mínimos. Nesse sentido, é necessário imaginar que a solução de moradia para essa faixa de renda passe necessariamente por uma visão de política de governo", disse.

Ainda para resolver a questão do déficit habitacional, Antunes disse que o Estado e a construção civil devem pensar de forma conjunta para a busca de soluções, como aproveitar os 6,5 milhões de imóveis ociosos em condições de uso. Além de compreender déficit e demanda, outros desafios para o mercado imobiliário são: encontrar novas fontes de recursos tanto para a habitação de mercado quanto para a habitação de interesse social; e investir em inovação e relacionamento, com a descoberta de novos produtos, mercados, formas de construir e contratar.

A moderação do debate ficou a cargo do vice-presidente da CBIC e diretor da Goldsztein Administração e Incorporações, Ricardo Antunes Sessegolo. Esse segundo painel, juntamente com o anterior, compuseram a temática geral do dia, "Informação & Estratégia", que buscou abordar como montar uma estratégia de novos negócios e o que se esperar do futuro. A programação técnica da CII contou com o apoio do Senai Nacional.

Share Tweet Forward

COP-CBIC discute segurança jurídica na infraestrutura: painelistas do 90º ENIC defendem melhoria das regras

(esq. para direita) O Consultor Jurandir Silva, José Eugenio Gizzi, (empresário), Fernando Vernalha (VG&P Advogados), presidente da COP/CBIC Carlos Eduardo Lima Jorge, Sérgio Rodovalho e o prefeito

de Balneário Camboriú Fabrício de Oliveira Foto: Fabrício de Almeida/CBIC.

O painel "Segurança Jurídica: Pilar para o Desenvolvimento da Infraestrutura", debatido na Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, nessa quinta-feira, durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (ENIC), mostrou uma convergência de preocupação entre a administração pública e o setor empresarial, "ambos reféns e vítimas de uma questão que afeta a infraestrutura, que é a insegurança jurídica". A avaliação é do presidente da Comissão de Infraestrutura da CBIC (COP-CBIC), Carlos Eduardo Lima Jorge que, diante de debate tão produtivo, não teve tempo sequer de chamar intervalo.

Um dos exemplos tratados pela reunião da COP, em correalização com o Senai Nacional, foi o da importância da ferramenta matriz de riscos nos contratos de concessão, que precisa ser aprimorada e amplamente utilizada nas concessões e PPPs, assim como nas obras ordinárias. Segundo Fernando Vernalha, do escritório VG&P Advogados, "vivemos uma crise que está assustando muito". Isso porque, em concessões passadas de rodovias e aeroportos, o risco de demanda foi integralmente transferido às concessionárias.

"Havia uma expectativa otimista, que não se cumpriu por causa da crise de 2014", afirmou ele, criticando o que chamou de "alocação inadequada". Para o especialista, "uma matriz de risco mal feita resulta em licitações fracassadas, ou em custos mais elevados de concessão", afirmou, em sua palestra sobre "Aprimoramento da Matriz de Riscos em Concessões Rodoviárias".

Sérgio Rodovalho, do Gepad da Caixa, defendeu a realização de um fórum nacional "para que todo o mundo que atua no setor de obras públicas participe e possa debater as regras atuais", muitas vezes interpretadas dubiamente. Do debate devem fazer parte o Executivo, as construtoras, financiadoras, órgãos reguladores, entre outros, citou. "Há muita divergência de interpretação da lei, que resulta nessa insegurança jurídica", disse, ao falar sobre o tópico "Eficiência na Fiscalização e Controle".

Também presente ao debate, o prefeito de Camboriú, Fabrício de Oliveira, informou ter criado uma empresa pública para poder lançar projetos de Parceria Público-Privadas (PPP), a fim de suprir deficiências orçamentárias que o município apresenta para investir em áreas como saúde, por exemplo. Comentou sobre as mazelas que os governantes passam hoje para solucionar questões de interesse urgente da sociedade. "Embora seja uma ferramenta de gestão legal, dispensar licitação, hoje, virou um filme de terror. É quase como decretar uma sentença de que você vai responder a uma ação de improbidade administrativa", sinônimo de "corrupto", afirmou.

O engenheiro consultor da CBIC, Jurandir Silva, apresentou proposição com sete itens para revisão do acórdão 2.622/2013, que será debatida com o Tribunal de Contas da União (TCU), para aprimoramento da questão da formação de preços para obras públicas. "Estamos aguardando a agenda para entregar o trabalho e debater com o TCU", afirmou Silva. "É briga de gente grande", disse Carlos Eduardo, sobre o trabalho.

Share Tweet Forward

Cartilha sobre encargos previdenciários e trabalhistas é

lançada no Enic

Os economistas do Banco de Dados da CBIC Daniel Furletti e Ieda Vasconcelos. Foto: Sergio Lima/CBIC.

O coordenador do Banco de Dados da CBIC, Daniel Furletti e a assessora Ieda Vasconcelos apresentaram no segundo painel do Banco de Dados nesta quinta-feira, 17, durante a realização do 90º ENIC, em Florianópolis/SC, o estudo tributário que deu origem a Cartilha sobre "Encargos Previdenciários e Trabalhistas no Setor da Construção Civil.

Segundo Furleti, o estudo não tem a pretensão de apresentar um número definitivo dos encargos sociais para o setor. Na sua opinião, o trabalho formata um roteiro técnico de orientação de como devem ser avaliado e apropriados os custos com a mão de obra em cada estado, em cada cidade ou até mesmo em cada canteiro de obra.

O coordenador disse ainda que a cartilha é um material indispensável para tomada de decisões mais assertivas por parte dos gestores e empresários do setor. "A cartilha traz uma metodologia de cálculo que específica as horas efetivamente trabalhadas (HET), evidenciando o real custo com a mão de obra para as empresas construtoras", ressaltou. A apropriação dos custos com mão de obra, inclusive considerando os encargos sociais, é muito importante haja vista que mais de 50% dos custos de construção dizem respeito à mão de obra tendo em vista que o setor da construção é intensivo de trabalho.

Durante a apresentação, Ieda Vasconcelos esclareceu, que além dos encargos previdenciários e trabalhistas analisados anteriormente no estudo, é necessário calcular os benefícios estabelecidos pelas Convenções Coletivas de Trabalho, como café da manhã, cesta básica, seguro de vida, entre outros. "Estes itens também possuem uma participação expressiva nos custos da mão de obra do setor e devem ser avaliados de acordo com a particularidade da cada Convenção Coletiva", destacou.

Ainda completanto a apresentação, Furletti disse que toda a metodologia de cálculo dos encargos previdenciários e trabalhistas constantes nesta publicação, (incluindo seus parâmetros, fórmulas de cálculo e fonte de dados pesquisada) já foi consolidada e confirmada em vários ENICs realizados pelo país. O coordenador destacou também, que esta metodologia, com as devidas adaptações regionais, é utilizada por entidades de classe setorial (Sinduscons) no cálculo do Custo Unitário Básico (CUB/m²).

A Cartilha foi desenvolvida pelo Banco de Dados em parceria com a Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC) e a correalização do Sesi Nacional. O Enic é realizado pela Associação dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (ASICC-SC) e promovido pela CBIC.

Share Tweet Forward

Fórum de Empresas Prestadoras de Serviços compartilha experiências e valoriza a engenharia

Fórum Nacional de Empresas Prestadoras de Serviço. presidida por Ilso José de Oliveira. Palestrantes Adriano dos Santos Alves, José Emílio Brandão, Álvaro Carvalho, Carolina Fidelis, Eduardo Rodrigues, Elberti Lopes, Alencar de Souza e Ilso José de Oliveira, no Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira. Foto: Cristina Gallo/CBIC.

A importância da valorização da engenharia, da técnica, do conhecimento – que são fundamentais para a transformação da realidade e para a promoção do desenvolvimento - ficou como mensagem que os participantes do Fórum de Empresas do 90º ENIC vão levar de volta para o dia a dia nas suas empresas.

Durante a tarde desta quinta-feira, 17, perto de 30 engenheiros, técnicos experientes no planejamento e na execução de obras conheceram soluções que colegas adotaram recentemente para problemas complexos e, como resultado do compartilhamento dessas experiências, concluíram pela importância da engenharia.

Na primeira parte do Fórum, gestores de instituições de classe do Espirito Santo, fizeram relatos para contar sobre como fizeram para melhorar a relação entre contratantes e contratadas e para agilizar o processo de contratação de mão de obra. As soluções adotadas nesses casos, por meio da gestão compartilhada e de confiança, trouxeram eficiência e redução de custos na negociação de contratos e na contratação de pessoal.

Foram apresentados dois cases associados ao rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG). A fim de cumprir uma intimação, a empresa teve que adotar soluções para de impedir o carreamento de rejeitos da exploração do minério de ferro pelas águas pluviais, na iminência do início da estação chuvosa.

"Não dava para errar, os olhares estavam todos sobre as empresas envolvidas", comentou o engenheiro Eduardo Rodrigues para relembrar a complexidade da adoção de uma solução viável para um problema premente. No caso, a pressão do curto prazo foi simultânea ao interesse que o problema despertou na mídia, inclusive internacional, e no acompanhamento do caso pelo Ministério Público.

O mesmo episódio do rompimento da barragem obrigou a Empresa Vale a adotar solução que permitisse a continuidade da exploração de minério a jusante do acidente, onde foi necessária a construção de uma ponte pênsil com 302 metros de vão. A obra toda para sustentar as esteiras de transporte do material, entre fios e peças de concreto para escoramento, tem peso superior as 500 toneladas. Apesar do ineditismo e da necessidade de precisão milimétrica, o sucesso é a marca do projeto.

Share Tweet Forward

AGENDA

Programação completa do 90º ENIC

Veja aqui

YouTube Email Website Twitter Facebook Flickr SoundCloud

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE

CBIC

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

unsubscribe from this list update subscription preferences

Inscreva-se aqui para receber nossos informativos